

em carta fechada ou de leilão, é assegurada pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), ao abrigo da alínea g) do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 42/2012, de 22 de maio, que para o efeito articulará com as DRE, promovendo reuniões periódicas e elaboração de guias procedimentais.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

9 de agosto de 2012. — O Diretor-Geral, *Mário Lobo*.

206019478

Direção-Geral do Consumidor

Louvor n.º 485/2012

António Manuel Rita Aveiro foi durante 29 anos a voz da Direção-Geral do Consumidor na primeira linha de atendimento dos muitos consumidores que nesta Direção-Geral procuraram informações e orientação sobre a prossecução de reclamações de conflitos de consumo. Realizou esta tarefa com o maior profissionalismo e empenho, sendo de realçar a procura de aperfeiçoamento profissional na sua área de trabalho.

Foi ainda responsável por ações de formação especializada para habilitar outros invisíveis para o trabalho de operador telefónico.

No momento em que cessa as suas funções por aposentação, merece o reconhecimento da sua dedicação e competência neste público louvor.

1 de agosto de 2012. — A Diretora-Geral do Consumidor, *Teresa Moreira*.

206322125

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 11068/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas constantes do artigo 24.º e do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que ALMINA — Minas do Alentejo, S. A., requereu a alteração da área da concessão C-9 “ALJUSTREL”, de enxofre, cobre, zinco, chumbo e prata, localizada no concelho de Aljustrel e distrito de Beja, ficando a corresponder-lhe uma área de 1875,9784 hectares, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	– 5201,600	– 198185,800
2	– 2206,387	– 195326,236
3	– 1766,908	– 195846,769
4	– 410,122	– 200540,517
5	– 3877,174	– 201437,586
6	– 5403,665	– 199914,335

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso, no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av. 5 de Outubro, n.º 87, 5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações.

O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

30 de julho de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

306303017

Contrato (extrato) n.º 510/2012

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, publica-se o extrato do contrato para prospeção e pesquisa de depósitos minerais, com o número de cadastro MN/PP/026/12, para uma área no concelho de Alcácer do Sal, denominada Castelo Ventoso, celebrado em 27 de março de 2012.

Titular dos direitos: SIFUCEL — Sílicas, S. A.

Depósitos minerais: caulino e quartzo.

Área concedida: (0,918 km²) delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça), se indicam:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	– 35001,57	– 152894,65
2	– 35188,62	– 152852,67
3	– 35113,11	– 152550,68
4	– 34997,17	– 152513,18
5	– 34815,25	– 152501,64
6	– 34685,87	– 152401,88
7	– 34565,64	– 152393,17
8	– 34423,05	– 152247,68
9	– 34315,20	– 152250,85
10	– 34355,81	– 153007,42
11	– 34380,78	– 153566,71
12	– 34388,40	– 154017,00
13	– 35424,81	– 153841,93
14	– 35302,66	– 153299,10
15	– 35257,51	– 153120,65
16	– 35066,27	– 153152,84

Caução: 7.500 €

Período de vigência: Inicial de 1 ano, prorrogável por 1 ano, no máximo de 2 vezes.

Condições de abandono progressivo da área: Abandonar 50 %, em blocos compactos de área não inferior a 0,15 km², à escolha do titular, no termo do período inicial e de cada prorrogação.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

Serão executadas 2 sondagens a Norte e 3 sondagens a sul da mina C-114, com uma profundidade média de 80 metros;

Ensaio laboratorial;

Relatório técnico.

b) Em cada prorrogação:

Ensaio laboratorial, para reconfirmação da existência da matéria-prima.

No entanto poderá ser necessário realizar algumas sondagens.

Poderão ser autorizados trabalhos diferentes dos referidos no número anterior, desde que a Sociedade prove que a realização destes não tem justificação técnica e económica.

Investimentos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial: 65.000 €.

b) Em cada prorrogação: 25.000 €.

Encargos de prospeção e pesquisa: 1.250 €

Prazo da concessão de exploração: não superior a 15 anos, prorrogável por 2 períodos que não ultrapassem 10 e 5 anos, respetivamente.

Encargo de exploração:

Obrigação de pagar anualmente à DGGE uma percentagem de 3 % do valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

Decorridos 15 anos e no fim de cada período de 10 anos proceder-se-á à revisão deste encargo de forma a obter a sua atualização.

24 de julho de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

306308453